

Luanna Tomaz de Souza
Lorena Santiago Fabeni

DINÂMICAS DE ATUAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

Da Ficção a Realidade

Adrian Barbosa e Silva
Amanda Ramos
Amarah Farage Frade
Bruno de Oliveira Moura
Cristina Rego de Oliveira
Domingos do Nascimento Nonato
Fátima Cristina da Costa Pessoa
Flávia Cristina Silveira Lemos
Grant Davis de Souza Lima Junior
Gustavo Ferreira de Queiroz
Gustavo Pereira Freitas
Hélio Luiz Fonseca Moreira
Ivan Augusto Baraldi
Joniel Vieira de Abreu
José Araujo de Brito Neto Neto

Jorge Luis Ribeiro dos Santos
Leliane Farias Nascimento
Líbia Macêdo Marques
Lorena Santiago Fabeni
Luanna Tomaz de Souza
Lucas Morgado dos Santos
Maria Patricia Corrêa Ferreira
Paulo Roberto Batista da Costa Junior
Paulo Sergio de Almeida Corrêa
Pedro Jacob Morais
Richard Carvalho da Silva
Robert Damaceno Rodrigues
Romulo Fonseca Morais
Solange do Vale Ricarte da Silva
Wasley Peixoto Marques
Yuri Serra Teixeira



Lumen Juris

Direito

PARTE 3

A PRISÃO ENQUANTO SOLUÇÃO

Cárcere e Direitos Humanos (Ou o Crepúsculo dos Ídolos)¹

“Um grau certamente elevado de educação é atingido, quando o homem vai além de conceitos e temores supersticiosos e religiosos, deixando de acreditar em amáveis anjinhos e no pecado original [...]” (F. Nietzsche)

Adrian Barbosa e Silva²

1. O Monopólio da Gestão Punitiva e o Projeto de Mundo Moderno

A moderna ciência jurídica, enquanto técnica de conhecimento radicalizada no transnacionalizado paradigma dogmático (WELZEL, 1974; JHERING, 1946), é forjada a partir do liberalismo clássico e da filosofia política ilustrada, bases fundacionais do Estado moderno caracterizado pelos processos de racionalização do poder soberano e pelo gerencialismo burocrático do *lupus artificialis*. Pela própria essência programática e científica, as pretensões deste projeto civilizatório evidenciam reação à descentralização política e legitimação religiosa do medievo europeu, bem como a necessidade de controle das arbitrariedades do poder real que contemplavam o Estado absolutista.⁴

Com a publicação de *Discurso do Método* (1637), de René Descartes, tem-se o grande marco de consolidação do racionalismo moderno. O paradigma

1 A pesquisa incorpora resultados parciais da pesquisa de Mestrado (bolsa CAPES) em realização no PPGD/UFPA e diz respeito à intervenção realizada no minicurso *Em Busca das Penas Perdidas: Leituras Marginais da Obra de Eugenio Raúl Zaffaroni*, nos dias 11 a 13 de março de 2015, organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa Direito Penal e Democracia (UFPA). O título é inspirado na obra *Crepúsculo dos Ídolos (ou como se filosofa com o martelo)*, de Friedrich Nietzsche, originalmente publicada em 1888, e incorpora algumas de suas ideias.

2 Mestrando em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC). Coordenador do Grupo Cabano de Criminologia. Colaborador do Grupo Criminologia y Justicia (CyJ/España). Advogado.

cartesiano instrumentaliza o “bom senso” (*razão*) e crê no *método*, elaborado para conhecer todas as coisas e conquistar o saber, como instrumento capaz de conduzir o espírito à busca da verdade (DESCARTES, 2011, p. 40). Não à toa, o *cogito* – “penso, logo existo” – representaria a primeira lei da filosofia.

Porém, é na centralização do poder político que reside a justificação da soberania do Estado moderno que a partir de então passa a dispor do “monopólio legítimo da força”, configurando “[...] *relação de dominação do homem pelo homem, com base no instrumento da violência legítima*” na qual o Estado existe “*somente sob condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores*” (WEBER, 2006, p. 61).

É na idealização hipotética do contrato que se incorpora a fundamentação teórica para a justificação do direito de punir (*ius puniendi*). Neste marco, clássica teorização explica que a necessidade de defender o depósito do bem comum das usurpações de particulares, no hipotético contexto bélico do estado de natureza (*bellum omnium contra omnes*), levou os homens a cederem parcela de suas liberdades ao soberano para que pudesse defendê-los, implicando que a agregação de cada liberdade cedida conformaria o direito de punir, sendo tudo o mais abuso e não direito (BECCARIA, 1973, p. 9).

Assim, a criação dos direitos humanos pelo liberalismo político advém como forma de imposição de barreiras intransponíveis (liberdades públicas) as quais o Estado liberal deveria respeitar, mormente falando-se dos interesses de cada cidadão pelos valores sociais (v.g. vida, patrimônio, liberdade etc.) objetos de tutela do pacto social e que, em última análise, implicariam *obrigação negativa* por parte do terceiro necessário, normatizador e estabilizador de condutas no cotidiano da sociedade civil.

Posteriormente, as novas perspectivas de direitos humanos iriam surgir em contextos geopolíticos completamente diversos daquele do medievo e do Estado liberal, como é o caso do Estado Providência (*welfare state*), não mais absenteísta, mas intervencionista (com obrigações positivas relativas aos direitos sociais), desembocando, atualmente, na conjuntura do capitalismo situado na hegemonia da globalização neoliberal: o atual espaço de reflexão da ciência jurídica e dos limites, desafios e possibilidades dos direitos humanos.

Fato é que, no desenrolar do projeto de Modernidade forjou-se a figura do “novo homem” (*homem moderno*), pretensamente superior ao medieval, que dominaria racionalmente a técnica, a ciência e, conseqüentemente, a natureza,

e alcançaria, assim, enquanto “último homem”³, o ponto mais avançado de desenvolvimento da humanidade (orgulhoso de sua cultura e formação, pensa-se onipotente desde seu saber e agir) (GIACÓIA JÚNIOR, 2000, p. 32).

As figuras do “cárcere” e dos “direitos humanos” adquirem especial relevância neste contexto sobretudo por estarem intrinsecamente vinculadas à noção de *ius puniendi* na dogmática da pena. Isto porque o cárcere, a despeito de ser valorado em *ultima ratio* pelo discurso oficial, operacionaliza o poder punitivo estatal com a pretensão de controle da “criminalidade” e contenção/redução das violências. Os direitos humanos estão imbricados neste ponto de vista porque, desde a noção de *defesa social*⁴, a gestão do poder punitivo é resguardada pelo discurso hegemônico dos direitos humanos ainda pautado no modelo contratual e consensual de sociedade.

Como hipótese, este ensaio sustenta a desnaturalização (em sentido nietzschiano⁵) do estatuto hegemônico do cárcere (prisão) e dos direitos humanos, objetivando desnudar suas vestes de “ídolos da modernidade” em face do “último homem”, legitimantes das violências intrínsecas à práxis punitiva.

Assim, a prisão (tipo penológico por excelência) adquire protagonismo por instrumentalizar a coação punitiva, tornando-se indubitável tensionar a realidade (empírica) do sistema penal com a construção (dogmática) da pena frente

3 “Para o homem, chegou a hora de fixar seu objetivo. Chegou o tempo de cultivar o germe da mais elevada esperança. Seu solo ainda é suficientemente rico, mas ficará pobre e nele nenhuma grande árvore poderá crescer. Ah, chegará o tempo em que o homem não conseguirá mais arremessar a flecha do seu ardente desejo para um ponto além da humanidade, pois as cordas do seu arco já não poderão vibrar” (NIETZSCHE, 2007, p. 15).

4 Segundo Pavarini: “O conceito de defesa social tem subjacente uma ideologia cuja função é justificar e racionalizar o sistema de controle social em geral e o repressivo em particular. Como tal foi e é a ideologia própria da ciência penal, através da qual se justifica como conhecimento e prática racionais. A defesa social reivindica o mérito de ter liberado a política criminal (e em particular a penal) das hipotecas de velhas interpretações transcendentais e míticas e de tê-la reconduzido a uma prática científica através da qual a sociedade se defende do crime” (PAVARINI, 2002, p. 49-50). Para Marc Ancel: “O que o conceito de defesa social cobra aqui, é uma política ativa de prevenção social que entende proteger a sociedade protegendo a si mesmo ao delinquente, e que tende a lhe assegurar, nas condições e por vias legais, o tratamento apropriado a seu caso individual. Assim entendida, a Defesa Social repousa pois em grande medida sobre a substituição da pena retributiva pelo tratamento” (ANCEL, 1961, p. 23).

5 Em *Crepúsculo dos Ídolos* (1888), Nietzsche esclarece que sua pretensão é de “auscultar ídolos” e qual seria o intento do escrito: “Este pequeno livro é uma **grande declaração de guerra**; e, quanto ao escrutínio de ídolos, desta vez eles não são ídolos da época, mas ídolos eternos, aqui tocados com o martelo como se este fosse um diapasão” (NIETZSCHE, 2006, p. 8). O filósofo alemão direcionou seu “espírito de guerra” tanto àqueles que seriam ídolos antigos (a moral cristã, os quatro grandes erros da filosofia) quanto aos novos (as ideias, as tendências e os representantes da modernidade) (SOUZA, 2006, p. 140).

a seus compromissos (fins), mormente diante dos índices históricos de violência estrutural, objetivando, em última análise, indagar o papel do *jurista crítico* diante da potencialização da letalidade humana oriunda da tecnologia punitiva.

2. Traços Deslegitimantes do Sistema Penal na Periferia Marginal

No campo da questão criminal, o processo de racionalização afetou as ciências criminais direcionando as agências de controle social à gestão e controle dos desvios e punição de delitos de acordo com a programação burocrática do racionalismo. Seguindo o estatuto científico da civilização, lança-se no campo penal o projeto de elaboração tecnológica direcionada ao progresso e ao avanço social, cujos objetivos são a conquista da felicidade individual e o bem-estar da comunidade (CARVALHO, 2012, p. 166).

Ocorre que a experiência histórica do capital comprova a patente desigualdade na fruição dos valores integrados ao pacto. Se o contrato determina o exercício do *jus puniendi*, a análise deve caminhar na esfera da real operacionalidade das agências de controle punitivo⁶ (*postestas puniendi*), afinal, as violências são constantes estruturais da história dos sistemas repressivos⁷.

Ferrajoli denuncia que a história das penas (violência pública) constitui o capítulo da história que produziu maiores danos do que os próprios delitos (violência privada), porque mais cruéis, numerosas, programadas, conscientes e organizadas pelas agências de controle penal, não sendo arriscado concluir que

6 Para Zaffaroni, por sistema penal entende-se o conjunto de agências que possibilitam os processos de criminalização primária e secundária. Assim, por sistema penal se entende a globalidade de agências políticas (parlamentos, legislaturas, ministérios, partidos políticos, etc.), judiciais (juízes, ministérios públicos, advogados, defensoria pública, etc.), policiais (polícia de segurança, judiciária, alfandegária, etc.), penitenciárias (pessoal das prisões, etc.), de comunicação social (televisão, radiofonia, etc.), de reprodução ideológica (universidades, institutos de pesquisa) e internacionais (ONU, OEA, etc.) (ZAFFARONI et al., 2011, p. 60-63).

7 Sobre o mito da superação dos conflitos pelo contrato, a ironia: “*Sem estado, no natural bellum omnium contra omnes, a sociedade não pode de modo algum lançar raízes em uma escala maior e além do âmbito familiar. Agora, após a formação do estado por toda parte, o impulso do bellum omnium contra omnes, de tempos em tempos, concentra-se em terríveis nuvens de guerra dos povos, descarregando-se como que em trovões e relâmpagos mais raros, mas também muito mais fortes. Nos intervalos, contudo, sobra tempo para a sociedade germinar e verdejar, sob o efeito daquele bellum concentrado e dirigido para dentro, a fim de deixar a flor luminosa do gênio brotar assim que surjam alguns dias mais quentes*” (NIETZSCHE, 2007, p. 49).

“o conjunto das penas cominadas na história tem produzido ao gênero humano um custo de sangue, de vidas e de padecimentos incomparavelmente superior ao produzido pela soma de todos os delitos” (FERRAJOLI, 2011, p. 382).

Desde a funcionalidade operacional das agências de punitividade, a “seletividade, a reprodução da violência, o condicionamento de maiores condutas lesivas, a corrupção institucional, a concentração de poder, a verticalização social e a destruição das relações horizontais ou comunitárias” (ZAFFARONI, 1998, p. 19) não corresponderiam a características conjunturais, senão estruturais do exercício do poder de todos os sistemas penais.

Se por um lado todos os sistemas penais apresentam problemas inerentes à sua arquitetura funcional, por outro lado, a problemática nos sistemas penais latino-americanos é potencializada. Em nossa margem as agências de punitividade “operam com nível tão alto de violência que causam mais mortes que a totalidade de homicídios dolosos entre desconhecidos cometidos por particulares” (ZAFFARONI, 1998, p. 17), atuando sob o signo da morte, o “genocídio em ato” se mostra natural à mecânica dos sistemas penais marginais.

No marco da Relatoria sobre Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos elaborou o *Informe sobre los Derechos Humanos de las Personas Privadas de Libertad en las Américas* (CIDH, 2011) e, reconhecendo a violação sistemática de direitos humanos na região, destacou como problemas estruturais: a superpopulação carcerária; as deficientes condições de reclusão e provisão de serviços básicos; os altos índices de violência carcerária e a falta de controle das autoridades; o emprego de tortura para fins de investigação; o uso excessivo de força pelos agentes de segurança dos centros penais; o excesso de prisões preventivas; a ausência de medidas de proteção de grupos vulneráveis; a falta de programas laborais e educativos; a corrupção e a falta de transparência na gestão penitenciária⁸.

O sistema penal brasileiro, retrato da realidade marginal latino-americana, segundo os dados do Conselho Nacional de Justiça (2014, p. 4), abarca o ter-

8 Em sentido semelhante, o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delincente (ILANUD), destaca aqueles que seriam os cinco problemas principais dos sistemas penitenciários da América Latina: a ausência de políticas integrais (criminológicas, de direitos humanos, penitenciárias, de reabilitação, de gênero, de justiça penal); a superlotação e a falta de adequada estrutura penitenciária; a deficiente qualidade de vida dos encarcerados nas prisões; a insuficiente pessoal penitenciário e a ausência de capacitação devida; a ausência de programas de capacitação e de trabalho para pessoas presas (CARRANZA, 2009, p. 29).

ceiro maior índice de encarceramento em nível global, totalizando 715.592 mil pessoas inseridas no sistema penal (567.655 pessoas presas no sistema prisional propriamente e 147.937 em prisão domiciliar) ao tempo da pesquisa.

Segundo os últimos dados oficiais do Ministério da Justiça, pelo Departamento Penitenciário Nacional (2014), até junho de 2014, a população carcerária brasileira seria de 607.731, a quarta maior do mundo, tão apenas atrás de Estados Unidos (2.228.424), China (1.657.812) e Rússia (673.818): eis a evidência empírica da *Era do Grande Encarceramento* (ABRAMOVAY; BATISTA, 2010).

Segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015, p. 6-28), no marco do 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ao menos 8 pessoas foram mortas por dia pelas polícias brasileiras no ano de 2014 (3.022 ao todo). No mesmo sentido, apontam os registros da Anistia Internacional e da Human Rights Watch que, apenas com a atuação das Polícias Militares dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Estado brasileiro registrou maior índice de letalidade do que todos os países que institucionalizaram a pena capital no mundo (42,16% a mais, em 2011) (ANISTIA INTERNACIONAL, 2014; HUMAN RIGHTS WATCH, 2009).

Além disso, de acordo com o Mapa da Violência de 2014, o Brasil contabilizou em seu território a marca de 56.337 homicídios em 2013 (WAISELSFISZ, 2014, p. 17), sendo que cerca de 70% das vítimas são negras (CERQUEIRA; MOURA, 2013), concluindo a pesquisa que o negro seria discriminado duplamente no Brasil: pela cor, pela condição socioeconômica.

Considerando que se os dados oficiais já desnudam os problemas carcerários da América Latina e do Brasil, demandando imediata resistência na contenção do patológico sistema penal, a realidade (não registrada) é bem pior.

3. Estratégias de Legitimação do Poder Punitivo

A caracterização teórico-contratual do direito de punir se pauta na ideia de *fins* que o Estado deveria atender para os cidadãos desde a instrumentalização da dogmática jurídica, tal como Rudolf Von Ihering estabeleceu em *O Fim no Direito* (1877), e Franz von Liszt, no campo das ciências criminais, fizera em *A Ideia de Fim no Direito Penal* (1883).

Liszt entendia a história do discurso penal enquanto defesa dos interesses da humanidade. Sendo a pena a instrumentalidade da coação, sua intenção se-

ria a proteção de bens jurídicos. Em seus termos: “correção, intimidação, ‘inocuidade’: eis aqui, pois, os efeitos imediatos da pena; as forças impulsoras inerentes a ela, por meio das quais ela realiza a proteção os bens jurídicos” (LISZT, 2005, p. 56). Desde o “Programa de Marburgo” (1882), elaborou o genuíno caráter finalista da pena, cuja programação racionalizante da punição (por que punir?) orientaria os grandes modelos penológicos ocidentais.

Sem pretensões historiográficas, o estudo dogmático aponta as teorias absolutas (modelos de retribuição) como os primeiros modelos de legitimação da pena. Esta perspectiva penológica encontra raízes nas narrativas da filosofia idealista ocidental, sobretudo em *Metafísica dos Costumes* (1785), de Immanuel Kant, e *Princípios da Filosofia do Direito* (1820), de Friedrich Hegel, nas quais a sanção pautada na lógica da justiça retributiva revigoraria o imperativo categórico violado (Kant) ou restauraria a ordem jurídica negada (Hegel).

Os teóricos retributivistas realizaram esforço discursivo de legitimação do confisco do poder decisório da situação problemática entre vítima e autor, negando-os voz ativa, bem como qualquer fim à pena, fazendo crer que se trataria da negação da violência pela violência tão apenas. Porém, “mesmo as construções que renunciam a todo conteúdo empírico ou pragmático (as chamadas ‘teorias absolutas’) chegam à defesa social por via indireta” (ZAFFARONI et al., 2011, p. 114), pois a conservação de um estado ético mínimo no ser humano se pauta em condições de preservação da vida social.

Ocorre que a matriz teórica retributivista não prosperou visto o desenvolvimento da secularização e da laicização na Modernidade, ademais de sua inconsistência nos planos normativo e empírico, afinal “[...] retribuir, como método de expiar ou de compensar um mal (o crime) com outro mal (a pena), pode corresponder a uma crença – e, nessa medida, constituir um ato de fé –, mas não é democrático, nem científico” (CIRINO DOS SANTOS, 2012, p. 423).

A história mostra dois grupos de modelos justificacionistas (legitimantes) da pena pautados em funções manifestas: (1º) as teorias da prevenção geral, pautadas em um valor positivo da criminalização direcionada para os que não delinquiram, dividida em positivas (reforçadoras) e negativas (dissuasórias); e (2º) as teorias da prevenção especial, segundo as quais os efeitos positivos da criminalização atuam sobre os que delinquiram, adstritas por sua vez, em positivas (sustentadas pelas ideologias “re”, reprodutoras de valores positivos na pessoa) e negativas (neutralizantes) (ZAFFARONI et al., 2012, p. 115).

As teorias da prevenção geral negativa se estruturam no contratualismo (Hobbes, Rousseau, Bentham, Locke, Beccaria) e sintetizam o fim da pena na dissuasão, isto é,

a ameaça de pena para que as pessoas se vissem desestimuladas a praticar delitos, viabilizando *coação psicológica* (Feuerbach). Estas teorias se fundam no utilitarismo que em grande parte buscou separar o direito da moral, e estariam subdivididas em: “a) as doutrinas da intimidação exercida sobre a generalidade dos associados através do exemplo fornecido pela aplicação da pena que se dá com a condenação; b) aquelas da intimidação [...] através da ameaça da pena contida na lei” (FERRAJOLI, 2011, p. 264-265).

Sobre as teorias da *prevenção geral positiva*, explica Ferrajoli que, ao contrário das teorias de prevenção geral negativa, confundem direito com moral, “[...] conferindo às penas funções de integração social por meio do reforço geral da fidelidade ao Estado, bem como promovem o conformismo das condutas” (FERRAJOLI, 2011, p. 263). A pena possuiria função *integradora*, prestando-se a imposição de respeito aos valores sociais, visando a *integração social*, já que desde o contratualismo o sistema penal buscava tutelar bens jurídicos.

Estas teorias globam instrumentalizações do direito penal dogmático para fins morais/educativos aos contemporâneos arquétipos como o “direito penal do inimigo” – inspirado no funcionalismo sistêmico de Niklas Luhmann – para o qual a pena teria função de restaurar os valores da norma penal violada no momento do delito, isto é, seria a *confirmação da realidade das normas* (JAKOBS, 1998) e, assim, uma vez aplicada e executada, renovaria a fidelidade do cidadão em respeito ao direito e às instituições jurídicas.

A *prevenção especial positiva* representa corpo teórico que buscou legitimar o poder punitivo na pretensa função de melhoramento do *homo criminalis* ao conferir um efeito positivo da aplicação da pena ao infrator. A pena seria um bem de caráter moralizante/psicofísico para quem delinque e a sofre, isto porque ao praticar a conduta delituosa e que levou à punição, este mesmo indivíduo passaria a ser tido como alguém inferior que precisaria de cuidados direcionados ao “melhoramento”, sobretudo frente aos interesses sociais.

Denota, assim, o aspecto da ressocialização do criminoso através de técnicas e métodos corretivos intra-prisionais. Isso seria possível a partir da incorporação das *ideologias “re”* (v.g. ressocialização, reeducação, reinserção, repersonalização, reindividualização, reincorporação etc.) no discurso jurídico-penal de aplicação da pena, possibilitando desta feita um melhoramento policial-biológico-materialista (biologismo) ou ético-idealista (correcionalismo) ao indivíduo delinquente inferiorizado (ZAFFARONI et al., 2010, p. 126-127).

Por fim, a *prevenção especial negativa* atua como discurso de legitimação da pena a partir do momento em que as ideologias “re” não funcionam no plano

prático. No momento em que as técnicas de cuidado/melhoramento não forem eficazes, a pena funcionaria como técnica de *neutralização* ou *eliminação*, essencialmente segregativa, opção esta que viabilizaria a proteção do meio social, já que sua reclusão impossibilitaria o cometimento de novos delitos. Na operacionalidade da prevenção especial o poder punitivo opera mediante coerção direta administrativa, não restando diferenças entre esta e a pena já que ambas procuram neutralizar certo perigo (ZAFFARONI et al., 2010, p. 128).

Na ordem jurídica brasileiro, a despeito de a Constituição adotar posicionamento ausenteísta e não explicitar programação axiológica da pena – não responde ao *por que punir?*, senão ao *como punir?* – as teorias legitimantes aparecem em forma de *teorias unificadoras* (polifuncionais), atribuindo à pena mescla de objetivos (v.g. art. 59, Código Penal – “circunstâncias judiciais”⁹; art. 1º, Lei de Execução Penal – ideologia do tratamento¹⁰).

Em *Vigiar e Punir* (1975), Foucault propôs uma genealogia do “complexo científico-judiciário”, para o qual o poder punitivo se justificaria, impor regras e mascararia seus efeitos. Buscou estudar a metamorfose dos métodos punitivos desde o ponto de vista de uma *tecnologia política do corpo* buscando compreender a história comum entre as relações de poder e de objeto, e então, como o homem se tornou objeto de um saber “científico” (positivismo). Pôde explicar como a punição pautada em suplícios (retribuição) transitou mecanismos prisionais corretivos (prevenção), desvelando, do deslocamento da vingança do soberano à defesa social, nova tecnologia punitiva sobre o corpo.

Uma das hipóteses franquadas por Foucault se refere à necessidade de os sistemas punitivos serem recolocados em uma *economia política do corpo*, de forma que “[...] mesmo quando utiliza métodos ‘suaves’ de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata – do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e sua submissão” (FOUCAULT, 2012, p. 28).

Foucault (2005, p. 291-292; 2008, p. 354) vai além da crítica ao poder disciplinar e do controle penal dos corpos dóceis na gestão do correcionalismo (*racionalidade jurídico-dedutiva*) direcionado ao *corpo-máquina*, práticas dos sé-

9 “art. 59, do CP. O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime [...]” (grifei).

10 “art. 1º, da LEP. A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (grifei).

culos XVII e XVIII. Em fins do século XVIII, delineia o surgimento de uma nova forma de manifestação do poder: o biopoder – um *poder de regulamentação (racionalidade radical-utilitarista)* –, centrado no *corpo-espécie* (população) e em práticas de natalidade, morbilidade, das incapacidades biológicas diversas¹¹.

Na realidade do controle penal no capitalismo globalizado neoliberal, a atenção à figura da pena se encontra em base de grande demanda por segurança pública, na qual reina uma leitura da criminalidade violenta como mal que demanda rigor punitivo (*eficientismo penal*), visto que orientado pelo medo (do crime) e insegurança (contra a criminalidade), resultando no expansionismo qualitativo (diversificação) e quantitativo (maximização) do controle penal formal e informal, e noutra via, minimização de garantias penais e processuais e encarceramento massivo (ANDRADE, 2013, p. 33-34). Não em vão o gerencialismo e o controle atuarial estão presentes na penologia atual¹².

Independentemente das diversas formas de justificação da pena, todos estes modelos centraram-se na *ideologia da defesa social*¹³, isto é, implicaram conceber o sistema de justiça criminal como via hábil e efetiva para a resolução de conflitos sociais, reduzir a criminalidade, proteção de bens jurídicos e prover segurança a propósito do direcionamento específico de seus fins.

Ocorre que ao legitimar a gestão do poder punitivo para fins de proteção da sociedade centrada em táticas de contenção do criminoso (violência individual), pressupôs-se a regularidade fenomênica e não questionou a sua capacidade de pro-

duzir violências, problematização que será possível a partir da inserção de elementos da crítica dos direitos humanos e do cárcere, cujos estatutos foram naturalizados na forma de “combate à criminalidade”, resistência bélica na qual a pena é tida como instrumento de salvaguarda da sociedade, o que, na verdade, nunca ocorreu.

4. Cárcere, Direitos Humanos e o “Martelo da Crítica”

Ao desenvolver o conceito de “crítica”, na clássica entrevista *Qu'este-ce que la Critique?* [*Critique et Aufklärung*], publicada no Boletim da *Société Française de Philosophie*, Foucault (1990, p. 39) propôs que a prática da crítica deveria ser direcionada em forma de reação à *governamentalização* – prática social que sujeita indivíduos a mecanismos de poder que reclamam verdade –, isto é, deveria funcionar como verdadeiro mecanismo pelo qual o sujeito interroga a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade, conformando, em última análise, verdadeira “arte de inservidão voluntária” (*l'art de l'inservitude volontaire*); uma indocilidade refletida.

A convocatória foucaultiana sobre a rebelião às formas de poder instituídas precisa ser revitalizada, sobretudo quando se pensa nas redes de expansão do poder punitivo no século XXI e no contexto dos sistemas penais latino-americanos, cuja força motriz se concentra no genocídio e encarceramento em massa da população marginalizada e socialmente excluída na lógica biopolítica da governamentalidade do capital em países periféricos.

Conformando a “crítica” foucaultiana à filosofia nietzschiana, o “martelo da crítica” deverá ser entendido de forma dúplice: “[...] como marreta, para destroçar os ídolos, e como diapasão, para diagnosticar o seu vazio (ou seja, o estetoscópio de um ‘médico da cultura’)” (SOUZA, 2006, p. 141). E o mérito desta pesquisa se concentra precisamente no esforço de desconstrução de ídolos, o que possibilitaria desnudar o “vazio” presente nas construções naturalizadas do “cárcere” (ou “da pena”) e dos “direitos humanos” quando compreendidas sob a ótica hegemônica, vale dizer, alijada do espaço de saber instituinte da crítica.

Neste sentido, *Pena e Estrutura Social* (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004), *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 2012) e *Cárcere e Fábrica* (MELOSSI; PAVARINI, 2014) são obras fundacionais sobre o problema da pena e que possibilitam compreender a questão carcerária desde o ponto de vista crítico e da analítica das relações sociais de produção, dominação e poder.

11 A incorporação foucaultiana à penologia elucida como “[...] as disciplinas que fundaram as grandes instituições de controle social (prisão, manicômio, escola, fábrica) integram, na atualidade, de forma destacada, uma complexa rede política de administração de corpos e de gestão calculista da vida” (CARVALHO, 2013, p. 138-139).

12 Sobre os impactos da nova penologia, “A nova penologia não é nem sobre a punição e nem sobre reabilitação dos indivíduos. Trata-se da identificação e gestão de grupos indisciplinados. Ela está preocupada com a racionalidade, não de comportamentos individuais ou organização comunitária, mas de processos de gerenciamento. Seu objetivo não é eliminar o crime mas torná-lo tolerável através de uma coordenação sistêmica” (FEELEY; SIMON, 1992, p. 455).

13 A ideologia da defesa social (ou “do fim”) assumiu predomínio ideológico no setor penal a partir dos seguintes princípios estruturais: a) *princípio de legitimidade*: o Estado detém legitimidade para reprimir a criminalidade a partir das agências de controle social; b) *princípio do bem e do mal*: o delito é um dano à sociedade e o delincente é um elemento negativo, assim “criminoso (mal) x sociedade constituída (bem)”; c) *princípio de culpabilidade*: o delito é expressão de uma atitude interior reprovável; d) *princípio da finalidade/prevenção*: a pena possui funções retributivas e preventivas; e) *princípio da igualdade*: por criminalidade se entende a violação da lei penal e os criminosos correspondem a uma minoria desviante; e, f) *princípio do interesse social/delito natural*: o conteúdo da lei penal é expressão da vontade geral, constituindo o delito a violação de interesses fundamentais das nações civilizadas (BARATTA, 2002, p. 42).

Para além da defesa social, é a partir delas que se pode tirar uma conclusão fundamental: a pena como tal não existe; existem somente sistemas de punição concretos e práticas penais específicas e, por sua vez, “*todo sistema de produção tende a descobrir formas punitivas que correspondem às suas relações de produção*” (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p. 17-20). Trata-se da íntima relação entre pena e capital; o ponto de partida da crítica deve ser, em suma: a desconstrução da legitimidade atribuída às funções da pena.

Importante atentar para o fato de que as funções preventivas estreitam historicamente o constante esforço de reinventar um projeto historicamente fracassado (“isomorfismo reformista”¹⁴), porém, imprescindível se faz problematizar a própria legitimação da aplicação do poder punitivo aos indivíduos face a defesa social.

Sánchez Rubio (2012, p. 139) aponta que o dispositivo “crime-castigo”, naturalizado e normalizado, gera consequências negativas e perversas, a despeito de a cultura jurídica não percebê-las. Atenta que não se trata meramente de compreender que a pena representa sempre um mal frente a outro mal, ainda que seja imposto em favor do condenado (*por que punir?*), mas de problematizar a necessidade de existência da pena (é necessário punir?) e refletir sobre possibilidades de mecanismos limitadores da punição e alternativas de resolução de conflitos. Isso se deve porque “[...] os discursos de justificação (teorias da pena), invariavelmente, naturalizam as consequências perversas e negativas da pena como realidade concreta” (CARVALHO, 2013, p. 41).

Na penologia clássica, a pena se justifica a partir de seus fins, no entanto, a despeito das “boas intenções”¹⁵, a experiência histórica demonstra que a pena não melhora o indivíduo, quando muito o direciona à reincidência, bem como, inexistem evidências empíricas que apontem que o egresso do sistema penal que não delinque novamente o deixa de fazer pelos efeitos do cárcere (neste sentido,

são altamente válidas as investigações internacionalistas, sobre as cifras ocultas, rotulacionismo e *labelling approach*).

A prisão é interpretada numa perspectiva “essencialista e arcaica sem questionar essa artificialidade convencional e perdendo-se toda possibilidade de crítica de seus efeitos diretos e indiretos negativos sobre a dignidade de quem é apenado e sancionado mecanicamente seguindo essa sequência” (SÁNCHEZ RUBIO, 2010, p. 140-141). Em nome dos direitos humanos, a pena funciona como instrumento de estabilização social (proteção de bens jurídicos), operando restauração do direito no momento da reprimenda, mas, sendo drástica da forma que é, acaba por violar vários outros direitos diversos da liberdade. Eis um nível de *reversibilidade ideológica*, isto é, mecanizar a partir dos direitos humanos a violação dos direitos humanos (HINKELAMMERT, 1999).

Fundamental notar o retrocesso de uma *visão romântica* que crê no atuar das agências do sistema penal na gestão do poder punitivo para fins de realização dos interesses sociais. O enfoque crítico dos direitos humanos propõe análise diversa e parte de uma *visão trágica*, concebendo a trajetória histórica não de um “bom poder”, mas que, se não constrangido ao máximo, possui tendência à violação sistemática de direitos. No caminho da resistência contra-hegemônica, fundamental que se perceba a tendência à condição de reversibilidade ou inversão ideológica do discurso jurídico-penal, forjando-se, cada vez mais, políticas criminais alternativas.

No fluxo da crítica, compreender a tutela do ser humano como cerne de atuação parece ser uma radical mudança nos rumos do sistema penal visto que geralmente os poderes instituídos se voltam contra o sujeito que reclama direitos e em razão da maniqueísta relação “amigo-inimigo” o sataniza como inimigo das instituições (é o caso do “descumpridor do contrato” que viola a “ordem pública”). Em nome dos direitos humanos (por sua inversão ideológica), os poderes instituídos do capital e da razão de estado como cuidador dos interesses mercadológicos, podem contrariar qualquer instância crítica inclusive se veem a desconhecer a condição humana e de sujeito, imprescindível para o reconhecimento de todos os direitos (SÁNCHEZ RUBIO, 2012, p. 150).

Assim, a dogmática deve incorporar as noções de *sociedade conflitual* e *pluralismo jurídico*, no contexto do capitalismo neoliberal, buscando melhor entender a realidade operacional do poder punitivo para que possa ampliar ao máximo o rol de garantias individuais e limitar ao máximo as possibilidades de manifestação das agências de punitividade. É necessário trabalhar com a “lei do mais fraco” (FERRAJOLI, 2011) e orientar as agências de punitividade do sis-

14 “E se, em pouco mais de um século, o clima de obriedade se transformou, não desapareceu. Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa, quando não inútil. E entretanto não ‘vemos’ o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão” (FOUCAULT, 2012, p. 218).

15 Difícil não recordar de instigante passagem nietzschiana: “Sempre se quis ‘melhorar’ os homens: sobretudo a isso chamava-se moral. Mas sob a mesma palavra se escondem as tendências mais diversas. Tanto o amansamento da besta-homem como o cultivo de uma determinada espécie de homem foram chamados de ‘melhora’: somente esses termos zoológicos exprimem realidades – realidades, é certo, das quais o típico ‘melhorador’, o sacerdote, nada sabe – nada quer saber... Chamar a domesticação de um animal sua ‘melhora’ é, a nossos ouvidos, quase uma piada” (NIETZSCHE, 2006, p. 49-50).

tema penal para o respeito do cidadão que é vítima (tempo do delito), acusado (tempo do processo) ou apenado (tempo da execução).

E se as garantias previstas nas normas não regem-se por si próprias, os movimentos e organizações de luta contra as formas de exclusão e discriminações sociais, e, portanto, à favor do reconhecimento e tutela efetiva de direitos, adquirem ressignificação e importância fundamentais na luta pela reinvenção do direito na busca por alternativas emancipatórias. Lição fundamental para uma mudança radical em tempos de expansão punitiva: que se rompa de uma vez por todas com o imaginário que considera o direito penal recurso hábil de proteção de direitos humanos e reduzi-lo ao máximo, não justifica-lo ou legitimá-lo e, quiçá, aboli-lo, ainda que gradativamente.

É assim que a dogmática penal, na metáfora do dique (ZAFFARONI et al., 2011), recuperaria a sua racionalidade, a partir da contenção das sujas e turbulentas águas do poder punitivo, isto é, sua funcionalidade estaria centrada na intencionalidade redutora do poder punitivo (*teleologia redutora*) e isto só seria possível com, ademais do rechaço à qualquer intencionalidade legitimante no centro nervoso da pena, com a reconstrução das garantias do mais débil.

A hipótese seria a da reconstrução dogmática do direito penal a partir do direito humanitário restaurando o direito penal liberal desde a libertação de seus germens autoritários (antiliberais) legitimadores do *potentia puniendi* (v.g. defesa social e justificacionismo), isto porque tal como ocorre com a guerra que é limitada pelo direito humanitário – v.g. Convenção de Genebra (1949) –, o poder punitivo deveria ser limitado como ato político de manifestação de poder equiparado à guerra através das garantias cidadãs (ZAFFARONI, 1993).

Segundo Carvalho, necessário se faz abdicar das tradicionais teorias da pena e compreender o propósito da “violência institucional (*atuação das agências do sistema penal*) e da violência estrutural (*simbiose entre estrutura política e controle social*)”, bem como “*promover ações concretas de redução de danos causados pelo punitivismo e superação da lógica carcerária*” (CARVALHO, 2013b, p. 156). Afilia-se, portanto, à hipótese de uma teoria negadora de qualquer justificação jurídica à pena: teoria agnóstica da pena.

Ora, uma vez verificada a falibilidade das *funções declaradas* da pena (prevenções gerais e especiais) desde a tensão com as *funções reais*, não declaradas (difusão da violência, controle sociopunitivo, etc.), não se pode superar o problema a partir de uma nova teoria positiva, porém “*adotando-se uma teoria negativa, é possível delimitar o horizonte do direito penal sem que seu recorte provoque*

a legitimação dos elementos do estado de polícia próprios do poder punitivo que lhe toca limitar” (ZAFFARONI et al., 2011, p. 94-98).

Desde a reverberação das violências do sistema penal – “*meio civilizador destruidor de civilização*” (NIETZSCHE, 2005, p. 243) –, em nome das vidas destruídas, o saber dos juristas requer urgente atitude deslegitimante da pena que conceba o fracasso do justificacionismo e, adotando perspectiva agnóstica, maximize a contenção das violências e re-etize o discurso jurídico-penal.

Em síntese, a necessidade de tomada de uma posição deslegitimante em vista atenciosa às consequências intrínsecas da intervenção das agências de controle penal seria a função do *jurista crítico* que, a partir da dogmática, buscaria conter as formas de intervenção punitiva e revitalizar um garantismo numa perspectiva crítica problematizadora dos direitos humanos e do cárcere, numa lógica de tutela dos selecionados pelo sistema penal.

5. À Título de Conclusão

O ensaio pretendeu questionar a naturalização corrente dos estatutos do “cárcere” e dos “direitos humanos” buscando, desde a teoria crítica, evidenciar mudança dos rumos da penologia instituída, bem como auferir possibilidades de atuação crítica por parte dos juristas com a finalidade última de atuar conforme uma política de redução de danos emergentes do poder de penar.

De fato, a dogmática penal conforme visão contratual e acrítica desconSIDERA as desigualdades e relações de dominação e poder presentes nas sociedades inseridas no contexto do capitalismo neoliberal, constatando-se, logo, a falibilidade da defesa social, e, conseqüentemente, como a percepção hegemônica de direitos humanos opera “reversibilidade” violadora de direitos, todos decorrentes inclusive da não problematização da prisão em si. Por sinal, mesmo o melhor dos cárceres produz uma série de problemas no organismo humano (v.g. descalcificação dos ossos, diminuição do apetência sexual, lentidão das palpitações cardíacas etc.) (GALLO; RUGGIERO, 1989).

Não resta senão entender que o poder punitivo não resolve conflitos pois os confisca e exclui qualquer potencial via resolutoria. E se não resolve, apenas gera violência e dor. Assim, fundamental que a crítica não se furte da problematização dos institutos legitimadores. Desde antes, deve-se partir de um *a priori*: “*Há mais ídolos do que realidades no mundo*” (NIETZSCHE, 2006, p. 7).

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Pedro Vieira; BATISTA, Vera Malaguti (Org.). *Depois do Grande Encarceramento*. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2010.
- ANCEL, Marc. *La Nueva Defensa Social (Um movimento de política criminal humanista)*. Trad. Francisco Moreda y Delia Daireaux. Buenos Aires: La Ley, 1961.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Horizonte de Projeção do Controle Penal no Capitalismo Globalizado Neoliberal. In: ÁVILA, Gustavo Noronha de (Org.). *Fraturas do Sistema Penal*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- ANISTIA INTERNACIONAL. *Relatório Anual 2011*. Disponível em: <http://www.amnesty.org/en/region/brazil/report-2011>. Acesso em 04, agosto de 2014.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à Sociologia do Direito Penal*. 3ª ed. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2002.
- BECCARIA, Cesare. *Dei Delitti e Delle Pene*. Milano: Letteratura Italiana Einaudi, 1973.
- CARRANZA, Elías (coord.). *Cárcel y Justicia Penal en América Latina y el Caribe: Cómo implementar el modelo de derechos y obligaciones de las Naciones Unidas*. México: Siglo XXI/ILANUD/Raoul Wallenberg Institute, 2009.
- CARVALHO, Salo de. *Penas e Medidas de Segurança no Direito Penal Brasileiro (Fundamentos e Aplicação Judicial)*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- _____. Sobre as Possibilidades de uma Penologia Crítica: Provocações criminológicas às teorias da pena na era do grande encarceramento. *Polis e Psique*, v. 3, 2013b.
- CERQUEIRA, Daniel R. C.; MOURA, Rodrigo Leandro. *Vidas Perdidas e Racismo no Brasil*. Nota Técnica, n. 10. Brasília: IPEA, 2013.
- CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *Direito Penal: Parte geral*. 5ª ed. Curitiba: Conceito, 2012.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Novos Dados sobre Pessoas Presas no Brasil*. Brasília/Distrito Federal: Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/pessoas_presas_no_brasil_final.pdf. Acesso em 03, agosto de 2014.
- COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Informe sobre los Derechos Humanos de las Personas Privadas de Libertad en las Américas*. Washington: CIDH, 2011.
- DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Trad. João Cruz Costa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- FEELEY, Malcolm; SIMON, Jonathan. The New Penology: Notes on the emerging strategy of corrections and its implications. *Criminology*, California, v. 30, n. 4, p. 449-474, 1992.
- FERRAJOLI, Luigi. *Diritto e Ragione: Teoria del garantismo penale*. 10ª ed. Bari: Laterza, 2011.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *Nascimento da Biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. Qu'est-ce que la Critique? [Critique et Aufklärung]. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, Paris, v. 82, n. 2, avr.-juin, 1990.
- _____. *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. Trad. Raquel Ramalhete. 40ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GALLO, Ermanno; RUGGIERO, Vincenzo. *Il Carcere Inmateriale (La detenzione come fabbrica di handicap)*. Turim: Edizioni Sonda, 1989.
- GIACÓIA JÚNIOR, Osvaldo. *Nietzsche*. São Paulo: PUBLIFOLHA, 2000.
- HUMAN RIGHTS WATCH. *Força Letal: Violência Policial e Segurança Pública no Rio de Janeiro e em São Paulo*. New York: HRW, 2009.

HINKELAMMERT, Franz. La Inversión de los Derechos Humanos: El caso de John Locke. *Revista Pasos*, San José de Costa Rica, n. 85, set.-oct., p. 20-35, 1999.

JAKOBS, Günther. *Sobre la Teoría de la Pena*. Trad. Manuel Cancio Meliá. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 1998.

JHERING, Rudolf Von. *La Dogmática Jurídica*. 2ª ed. Buenos Aires: Losada, 1946.

LIZST, Franz Von. *A Idéia do Fim no Direito Penal*. Trad. Hiltomar Martins Oliveira. São Paulo: Rideel, 2005.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e Fábrica: As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*. Trad. Sérgio Lamarão. 2ª ed. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim Falava Zaratustra*. Trad. Sílvio Ferreira Leite. São Paulo: Centauro, 2007.

_____. O Estado Grego. In: _____. *Cinco Prefácios para Cinco Livros Não Escritos*. Trad. Pedro Sússekind. 4ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

_____. *Crepúsculo dos Ídolos ou Como se Filsofa com o Martelo*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Humano, Demasiado Humano: Um livro para espíritos livres*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PAVARINI, Massimo. *Control y Dominación: Teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e Estrutura Social*. Trad. Gizlene Neder. 2ª ed. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2004.

SÁNCHEZ RUBIO, David. Inversión Ideológica y Derecho Penal Mínimo, Decolonial, Intercultural y Antihegemónico. In: BORGES, Paulo César Corrêa (Org.). *Leituras de um Realismo Jurídico-Penal Marginal. Homenagem a Alessandro Baratta*. São Paulo: NETPDH; Cultura Acadêmica, 2012.

SOUZA, Paulo César de. Posfácio. In: NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Crepúsculo dos Ídolos ou Como se Filsofa com o Martelo*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2014: Os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro: FLACSO, 2014.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas vocações*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2006.

WELZEL, Hans. A Dogmática no Direito Penal. *Revista de Direito Penal*, São Paulo, n. 13/14, jan.-jun., p. 7-12, 1974.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *En Busca de las Penas Perdidas: Deslegitimación y dogmática jurídico-penal*. 2ª Reimpresión. Buenos Aires: Ediar, 1998.

_____. La Rinascita del Diritto Penale Liberale o la 'Croce Rossa' Giudiziaria. In: GIANFORMAGGIO, Letizia (Org.). *Le Ragioni del Garantismo: Discutendo con Luigi Ferrajoli*. Torino: Giappichelli, 1993.

_____. et al. *Direito Penal Brasileiro: Teoria Geral do Direito Penal*. v. 1. 4ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.